

Salvo por verba retida

Listado como suspeito pela CPI do Orçamento desde a descoberta das iniciais "O.P" em um dos documentos manuscritos de Aílton Reis, diretor da construtora Norberto Odebrecht, o deputado Osmânio Pereira (PSDB-MG) começou uma contra-ofensiva para provar sua inocência. Ele descobriu ontem que foi acusado de receber propina sobre recursos que sequer saíram do Executivo. As iniciais aparecem ao lado do percentual 0,35%, numa emenda destinando CR\$ 357,6 para o hospital universitário de Teresina, que não foi liberada.

"Minha primeira providência hoje foi notificar o ministro da Saúde, Henrique Santillo, explicando tudo", disse Pereira, anunciando ter entrado em juízo para evitar a liberação dos recursos até que tudo se esclareça. Osmânio garantiu que nunca teve um contato com a Ode-

brecht. Por isto mesmo, vai interpor judicialmente a construtora, para que ela explique o porquê de suas iniciais nas anotações do diretor Aílton Reis.

No orçamento de 1992, Pereira foi relator parcial na área do Fundo Nacional de Saúde. Ele admitiu ter aprovado uma emenda a pedido da bancada piauiense, destinando verba para o hospital universitário de Teresina. Argumentou, porém, que O.P pode ser ordem de pagamento. "O percentual que a CPI me atribuiu, insinuando o recebimento de propina, foi riscado", disse. A seu ver, o risco na diagonal pode significar um cancelamento. Ao assegurar que vive em dificuldade financeira, disse que está "passando uma lista" para custear o pagamento de seu advogado. Ele anunciou que vai interpor também a CPI.